

Reinterpretando o acervo arquitetônico do bairro da Praia Grande através dos lugares de memória

Karoliny Diniz Carvalhoⁱ

Universidade Federal do Maranhão (São Luís - MA, Brasil)

Maria de Lourdes Netto Simõesⁱⁱ

Universidade Estadual de Santa Cruz (Ilhéus- BA, Brasil)

Resumo: O artigo analisa os lugares de memória existentes no bairro da Praia Grande em São Luís, Maranhão, buscando refletir sobre a sua importância na composição da oferta turística da cidade. O estudo parte de uma abordagem qualitativa, relacionando questões sobre espaço urbano, patrimônio cultural e memória. Por meio de entrevistas semi-estruturadas realizadas junto aos moradores, conclui-se que os marcos urbanos da Praia Grande são enunciadores de sentimentos de pertença e identidade e podem se converter em elementos potencializadores do turismo cultural local. Destaca a necessidade de incorporar as diferentes sociabilidades presentes nos espaços materiais e simbólicos onde se realizam as interações sociais no desenvolvimento da atividade turística, de forma a contribuir para a valorização do patrimônio cultural.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; Espaço urbano; Lugar de memória; Turismo cultural; Centro histórico de São Luís (Maranhão, Brasil).

Title: Rethinking the architectural richness of the district of Praia Grande through places of memory

Abstract: The paper analyzes the existing places of memory in the district of Praia Grande, São Luís, Maranhão, seeking to reflect on its importance in the composition of the tourist city. The study is a qualitative approach, relating to urban issues, cultural heritage and memory, to analyze the meanings, practices and social relations that involve the dynamics of the district of Praia Grande. Through semi-structured interviews with residents, it is concluded that the landmarks of the Praia Grande are enunciators feelings of belonging and identity and can become elements of cultural tourism boosters site. The study highlights the need to incorporate different sociability present in the material and symbolic spaces where social interactions take place in the development of tourism, to contribute to the enhancement of cultural heritage.

Keywords: Cultural heritage; Urban space; Place of memory; Cultural tourism; Historical center of São Luis (Maranhao, Brazil).

ⁱ Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestre em Cultura e Turismo pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Email: karol27_turismo@yahoo.com.br

ⁱⁱ Pós Doutora em Literatura Comparada e Turismo Cultural pela Universidade Nova de Lisboa, Portugal. Doutora em Estudos Portugueses pela mesma universidade. Coordena o Grupo de Pesquisa Identidade Cultural e Expressões Regionais- ICER, na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Email: ticassimoes@uol.com.br

Introdução

Os Centros Históricos podem ser apreendidos não apenas como a síntese de processos sociais e culturais, de traços remanescentes de um passado compartilhado pelo agrupamento social; devem ser considerados, também, enquanto símbolo revelador de práticas cotidianas, do conagraçamento popular e entrelaçamento de vivências coletivas, festas, rituais e outros mecanismos de reposição de uma memória e de uma identidade em permanente processo de transformação.

Todos esses símbolos são identificados pelos moradores e integram um conjunto de referências que permitem aos habitantes de um dado espaço geográfico torná-lo significativo, transformando-o em lugar antropológico. Assim, pensar a cidade enquanto representação social equivale a identificar as nuances das práticas sociais dos atores locais nos seus espaços de vivência, na medida em que ela se constitui em materialidade, de legados culturais, construtos de heranças compartilhadas pelos grupos sociais traduzidas em símbolos e significados conferidos ao longo dos processos históricos.

O patrimônio cultural está intrinsecamente relacionado às vivências de uma comunidade e estas interconectadas ao bairro, ao centro histórico, à cidade. Nesse sentido, os espaços urbanos contêm em si referências para determinado grupo social na medida em que se reveste de valores simbólicos, memorial, que remete às diferentes histórias, memórias e identidades locais. Há ligação entre a coletividade e o lugar, onde os saberes e fazeres comunitários continuam sendo apreendidos e ressignificados.

O patrimônio cultural interage com o momento presente, sendo então referencial histórico e identitário e suporte das manifestações culturais e da vida cotidiana. Nessa perspectiva, que insere um conjunto de crenças, opiniões, idéias, mitos, estereótipos e preconceitos sobre o objeto social – o lugar de memória, o conceito de lugar pode ser entendido como o resultado dessas práticas sociais distintas e do sentimento de pertença que lhe é inerente, revelando por sua vez a função identitária.

O presente trabalho tenciona analisar os lugares de memória do centro histórico de São Luís, Maranhão, sob a perspectiva do Turismo Cultural. A abordagem proposta objetiva analisar os usos, significados e simbologias inerentes aos espaços materiais e simbólicos onde se manifestam os vínculos comunitários de trabalho, cotidiano, festas e lazer dos moradores da Praia Grande. Como norte teórico, o estudo parte de questões relaciona questões sobre espaço urbano (Lynch, 1988) patrimônio cultural (Canclini, 1999) e memória (Nora, 1993; Le Goff, 1996), no sentido de descrever os significados das

práticas e relações sociais que envolvem a dinâmica do bairro da Praia Grande, buscando, assim, refletir sobre a sua importância na composição da oferta turística da cidade.

Enquanto procedimento metodológico elegeu-se a abordagem qualitativa, a qual se caracteriza pelo tratamento e análise de dados que expressam as subjetividades, os simbolismos, atitudes e crenças dos grupos sociais. Na visão de alguns autores (Barros E Lehfeld, 2000; Appolinário, 2009; Minayo, 1994) a pesquisa de caráter qualitativo pressupõe o contato direto do pesquisador com o objeto ou realidade investigada, buscando o entendimento das relações, dos processos e dos fenômenos sociais de modo a revelar os significados, os detalhes e minúcias impossíveis de serem analisados sob a perspectiva quantitativa.

Realizaram-se entrevistas semi-estruturadas junto à comunidade do bairro da Praia Grande, no Centro Histórico de São Luís- Maranhão. A coleta de dados efetivou-se no mês de fevereiro de 2010, durante três dias na semana, em locais de intenso fluxo de transeuntes. Por meio de uma amostra não-probabilística por intencionalidade (Dencker, 1998), entrevistaram-se agentes da comunidade local, tendo por base um roteiro de perguntas semi estruturado, possibilitando, assim, o posicionamento dos sujeitos em relação à temática levantada pela pesquisa.

Diante do exposto, inicialmente propõe-se uma discussão sobre espaço urbano, patrimônio cultural e memória, apresentando elementos que convergem para uma concepção antropológica de centro histórico enquanto entidade dinâmica que revela as dimensões materiais e intangíveis da cultura produzida ao longo dos processos históricos.

Tendo como cenário o bairro da Praia Grande, localizado no Centro Histórico da cidade de São Luís, Maranhão, em seguida o artigo analisa os espaços materiais e simbólicos onde se processam as interações comunitárias, sendo estes considerados lugares de memória em virtude das relações, valores e significados que eles revestem para os moradores do bairro. Posteriormente, estabelece-se uma relação entre turismo cultural e lugares de memória, discutindo as possibilidades de seu aproveitamento turístico, tendo como pressuposto o uso sustentável dos recursos patrimoniais e sua apropriação e valorização por parte da comunidade local.

Patrimônio cultural urbano e lugar de memória

O patrimônio cultural enuncia os diferentes modos pelos quais os grupos sociais definiram a sua identidade,

diante de várias possibilidades de viver, sentir e agir enquanto membros de uma realidade. A emergência da dimensão imaterial do patrimônio associa-o à concepção de lugar antropológico, uma vez que as diferentes sociedades se formam a partir dos símbolos que representam o espaço vivido e que são passados entre gerações sucessivas, “o lugar antropológico é a construção simbólica e concreta do espaço, que se refere à casa, às aldeias, ou seja, aos lugares que têm sentido, que são identitários, relacionais e históricos e que trazem subjacente o sentido de permanência” (Augé, 1994: 34).

Milton Santos (1996) ao discutir a dimensão material e simbólica do espaço geográfico, define-o como um sistema indissociável de objetos e ações. Na sua visão, o espaço geográfico é constituído por formas, objetos e conteúdos, ou seja, pelo entrelaçamento de elementos fixos, ordenados no decorrer do processo de apropriação humana, e um sistema de relações sociais e legados culturais impressos ao longo dos processos históricos.

Com base nessa concepção, o lugar enquanto dimensão do espaço geográfico consiste numa construção social em permanente estado de transformação, onde os diferentes atores interagem entre si, e o resultado ou somatório de tais relações está imbricado de significados. Tais significados equivalem a um aporte referencial de valores, posturas e códigos culturais que transcendendo a existência concreta, tornam-se elo dos contemporâneos a um passado socialmente construído, e destarte, portador de uma memória e de uma identidade coletiva.

A memória atua no nível intersubjetivo como um quadro de referências que permite aos indivíduos perceberem nos marcos citadinos, nas cores e cheiros, texturas e personagens; na arquitetura e na paisagem urbana, elementos construtores e constituintes de uma trama social comum, de uma história coletiva, cujos ecos de um passado e de uma cultura compartilhada formam a memória social, e tem ressonância nas redes de relacionamento, em geral, e nas vivências cotidianas de cada indivíduo em particular (Le Goff, 1996; Bosi, 1994).

Acresce-se a essa percepção, o fato do patrimônio significar a rememoração ou a lembrança da própria ação humana em diferentes tempos e lugares, “todo cidadão possui numerosas relações com algumas partes de sua cidade, e a sua imagem está impregnada de memórias e significações” (Lynch, 1988: 11).

A memória está relacionada intimamente às experiências em sociedade, sendo reelaborada no presente, como fio condutor das tramas de relações que envolvem as subjetividades dos diferentes grupos sociais. O patrimônio cultural oferece aos viventes a possibilidade de perceberem a sua origem, de seus familiares e antepassados, ou seja, o patrimônio como representação da

memória vincula os indivíduos a experiências pessoais marcantes e indeléveis, que caracterizam a sua trajetória de vida. “No decorrer de sua história, toda cidade se enriquece de lugares aos quais pode ser atribuída uma função simbólica, recebida por destinação, ou em virtude de algum acontecimento” (Balandier, 1980:11).

Através das feições urbanísticas, dos monumentos, casarões e prédios históricos, compreendem-se as relações sociais que se encerram nos espaços urbanos, ou seja, as experiências coletivas e pessoais que definem o envolvimento subjetivo entre homem e meio ambiente físico, por um lado, e do outro, entre o homem e a identidade. Segundo Nora (1993), os lugares de memória caracterizam-se por serem dialeticamente materiais, simbólicos e funcionais, relacionando-os aos espaços institucionalizados, tais como centros de documentação, bibliotecas, museus e arquivos, e às celebrações coletivas - festas, comemorações - que permitem a reatualização de fatos e acontecimentos, e através dos quais a história se legitima.

O referido autor identifica-os enquanto espaços impregnados por um forte conteúdo simbólico e de referências culturais, elos de continuidade em relação a um passado socialmente construído, sendo aportes de referências culturais. Considerando que as lembranças precisam de elementos que permitam a sua rememoração, torna-se válida a associação entre patrimônio cultural- histórico-arquitetônico ou imaterial- e lugar de memória, uma vez que este se torna referência para uma comunidade. O patrimônio cultural torna-se importante fonte de interpretação da memória, do passado e do presente, e contribuiu para o revigoramento da identidade local, regional e nacional.

Ampliando essa discussão, Berdoulay (2007) evidencia as relações intrínsecas existentes entre as dimensões espaciais do lugar, corporificadas e objetivadas, e a sua face imaterial ou intangível. Compreende o lugar de memória como espaço *in situ*, isto é material, construído e edificado ao longo das relações sociais, e *in visu*, posto que surge também no plano mental ou subjetivo:

Ora, sabemos que a cidade não se dá aqueles que a ocupam como uma entidade abstrata ou como instrumentos destinados apenas a certos usos técnicos (circular, trabalhar, morar, etc.). Ela possui uma realidade espessa de sentidos particulares relacionados às pulsões mais profundas do próprio sujeito. Neste caso, a cidade é cor ou ausência de cor, luz ou ausência dela e assim por diante, além de uma dimensão biográfica da cidade, que confere a “minha cidade” o sentido de meu “lugar de vida” (Freire, 1997: 25).

Nesse sentido, o espaço geográfico como lugar de memória constrói-se a partir das experiências cognitivas, das significações, dos imaginários e das subjetividades dos diferentes grupos sociais. Trata-se de um espaço de interação, carregado por um forte sentimento de territorialidade, apropriado física e espiritualmente por um determinado grupo social, “conforme a cidade acumula memórias, em camadas que, ao somarem-se vão constituindo um perfil único, surge o lugar de memória [...] onde a comunidade vê partes significativas do seu passado com imensurável valor afetivo (Gastal, 2002: 77).

Através da memória intensifica-se o sentido de pertencimento dos grupos sociais a um passado ou origem comum, delimitando, nesse sentido, fronteiras sócio-culturais. A memória como suporte de informações e salvaguarda de determinadas lembranças, fatos e acontecimentos, permite aos indivíduos situarem-se em um dado contexto histórico e social, reelaborando-o, num mecanismo incessante presidido pela dialética da lembrança e do esquecimento (Pollak, 1989).

Aos grupos sociais torna-se necessária a eleição de determinados marcos simbólicos que garantam o sentido de permanência e de pertencimento a uma sociedade, uma vez que a aceleração dos contatos e a maior interdependência entre as regiões- resultantes das transformações científicas e tecnológicas e da globalização -, produzem modificações nas identidades culturais:

[...] é preciso que algo permaneça para que reconhecamos nosso esforço e sejamos recompensados com estabilidade e equilíbrio. A vida do grupo se liga estreitamente à morfologia da cidade: esta ligação se desarticula quando a expansão industrial causa um grau intolerável de desenraizamento (Bosi, 1994: 447).

O bairro da Praia Grande, localizado no centro histórico de São Luís, Maranhão, Brasil, constitui-se no principal elemento de atratividade turística da cidade, apresentando características toponímicas estilos arquitetônicos particulares, além de valores e estilos de vida já desaparecidos em outros bairros da cidade. É um núcleo que ainda mantém uma diversidade de usos, de atividades comerciais, institucionais, portuárias e residenciais. Nele sobressaem-se vários tipos populares, tais como os feirantes, os engraxates, os ourives, que ainda mantém suas atividades tradicionais. Becos, escadarias, ruas e pedras de cantaria; solares, sobrados e mirantes complementam a ambiência colonial, atraindo um público de turistas e visitantes.

O bairro da Praia Grande e seus elementos definidores constituem-se um texto que enuncia a história da cidade e sobre o qual emergem diferentes interpre-

tações por parte daqueles que nele estabelecem vínculos de pertença. Assim, torna-se possível a sua inferência como espaço híbrido, de tempos idos e vindouros, da memória individual e social, lugar turístico e lugar de singularidade, da diferença e da semelhança e, portanto, construtor de identidades.

O patrimônio cultural da Praia Grande torna-se marco de referências, não apenas físicas, mas, sobretudo culturais, relevante para a construção do espaço geográfico enquanto palco da existência dos atores sociais. Tendo como eixo norteador as relações entre cidade, memória e patrimônio cultural, tornou-se possível, a partir das entrevistas qualitativas realizadas com os moradores do bairro da Praia Grande, estabelecer as relações entre o passado da urbe colonial, preservado e re atualizado, e os liames afetivos que possibilitam aos moradores identificar-se com determinadas porções do bairro.

Mapeando os lugares de memória da praia grande: usos, significados e relações

As referências urbanas presentes no bairro da Praia Grande demonstram o caráter de permanência dos diferentes testemunhos que propiciaram o desenvolvimento urbano daquele espaço, embora revestidos de novas funções e significados. Nessa perspectiva, o núcleo inicial da cidade apresenta-se como um texto fragmentado, sobreposto por diferentes vozes do passado, e que são acionadas, enquadradas, reelaboradas e transformadas pelos viventes, mediante o dispositivo da memória.

Na perspectiva dos moradores entrevistados, a Praia Grande não representa apenas o marco da evolução da cidade de São Luís, mas adquire um significado especial por ser o local onde são tecidas as diferentes relações sócio-culturais, e onde se situam os lugares de convívio, do comércio, das festas sagradas e profanas, e das interações turísticas. Emerge também como cenário de disputas pela moradia, pela preservação das tradições e pela melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Considerando-se que “nem todos os grupos locais de uma mesma cidade ‘enquadram’, com as mesmas características sua relação com o passado e, a partir dela, suas representações sobre o que legitimam como lugares da memória” (Lacarrieu, 1999: 139), constata-se que os locais que cristalizam a memória de fatos e acontecimentos pessoais ou coletivos tornam-se referenciais culturais mais ou menos significativos para os residentes ao longo de sua experiência no lugar.

Isso significa afirmar que os lugares de memória são produzidos e reelaborados de acordo com a posição social do sujeito num determinado contexto ou momento

histórico. Obedecem ainda a estados de transitoriedade, vinculados às próprias relações que os grupos sociais estabelecem com o tempo e o espaço.

Há, em todas as sociedades, lugares considerados sagrados, onde os indivíduos manifestam suas crenças e tradições, e por meio dos quais determinados grupos sociais ligam-se ao universo simbólico ou transcendente, fortalecendo suas ligações com os santos ou entidades cultuadas, e reafirmando a sua fé no sagrado.

No campo das relações terrenas, os santuários, os templos religiosos, as casas de culto afro, e demais construções que expressam a religiosidade de um lugar, detém fortes vínculos com o cotidiano das comunidades onde se situam e tornam importantes instrumentos de formação social e identitária. Considerada pela historiografia local como sendo um dos primeiros templos erigidos no Maranhão, a Igreja de São José do Desterro (Figura 1) remonta ao século XVII. Durante a invasão holandesa no Maranhão, em 1640, foi destruída e posteriormente reconstruída na primeira metade do século XIX por iniciativa dos moradores da comunidade do Desterro.



Figura 1- Igreja do Desterro. Fonte: Acervo da autora (2008).

Esse fato, presente na memória popular, conforme observado em alguns relatos pode ter contribuído para uma maior identificação e sentimento de pertença dos moradores entrevistados em relação a esse templo religioso, embora existam outras igrejas próximas ao bairro da Praia Grande.

Lugar simbólico, o processo de reconstrução da Igreja pela iniciativa popular fez-se presente na memória dos moradores, posto que a ela se reportaram como ícone de afirmação da religiosidade popular em relação à tentativa de imposição de novos valores e práticas sócio-

culturais presentes no projeto de dominação holandesa do século XVII.

Os moradores costumam freqüentar a Igreja do Desterro para participar de cultos e festas religiosas, para as orações, ou simplesmente pela tranqüilidade do templo religioso ou para a contemplação de seus elementos construtivos singulares. A Igreja do Desterro, patrimônio material e espiritual para os moradores é entendida como lugar sagrado, repleto de simbologias e representações acerca da memória e das tradições locais. Inscrevendo-se no campo do simbólico e do sensível, adquire a função de articular ou mobilizar a comunidade do Centro Histórico, em torno de práticas de sociabilidade e reciprocidade culturais específicas:

Os pertences, parentes, amigos e a base territorial experienciada fazem parte do acervo íntimo do indivíduo. Pausa, movimento e morada conferem ao mundo vivido a distinção do lugar. As experiências nos locais de habitação, trabalho, divertimento, estudo e dos fluxos transformam os espaços em lugares, carregam em si experiência, logo, poesia, emoção. Sensação de paz e segurança dos indivíduos que estão entre os “seus”, tem uma conotação de pertinência por pertencer à pessoa e esta a ele, o que confere uma identidade mútua, particular aos indivíduos (Mello, 1997: 94).

Assim, a Igreja do Desterro torna-se elo dos contemporâneos a seus antepassados, espaço de interação dos indivíduos com a sua dimensão espiritual, e de vivência, posto que se associa às experiências cotidianas dos moradores. O templo religioso detém, assim, um valor cognitivo e formal, acrescido dos valores de afetividade e de uso (Gastal, 2002), sendo definido como espaço de produção e circulação de tradições ritualísticas, e de manifestações culturais no eixo Praia Grande- Desterro.

A própria localização da Igreja do Desterro permite apreendê-la enquanto lugar complexo, ao carregar determinados símbolos e significados - presentes nas subjetividades dos atores comunitários, nas festas, ritos e cultos religiosos - e possuir, muitas vezes, uma função de mediar conflitos que se operam no âmbito das interações comunitárias.

Símbolo posicionado na área central do Desterro, ao redor do qual foram sendo edificadas as construções de caráter popular, sua área de atuação ou de influência transcende as fronteiras físicas e espaciais do patrimônio edificado, estendendo-se ao campo do privado, das relações familiares, e inserindo-se nos problemas sociais vivenciados pelos moradores da Praia Grande.

Por meio desta edificação religiosa, são acrescidas e fortalecidas as relações entre familiares, vizinhos,

membros da associação dos moradores do bairro da Praia Grande e do Desterro e visitantes. Os moradores sentem-se emocionalmente seguros pela presença da Igreja enquanto ambiente acolhedor e instrumento de socialização dos jovens da comunidade. Acresce-se a essa constatação o fato da Igreja do Desterro servir de suporte para o desenvolvimento de práticas individuais e coletivas, e de determinados usos sociais que são realizados pelos moradores no Largo do Desterro.

Nesse espaço, convergem não apenas as celebrações conduzidas pelos párocos, tais como festejos, missas e procissões em homenagens aos santos, mas também as atividades lúdicas, os jogos e brincadeiras populares, as festas profanas. Os moradores apropriaram-se do entorno do bem patrimonial de maneira diversa, dinâmica e heterogênea.

Assim, a Igreja do Desterro configura-se como lugar polissêmico, de confluência de diversos atores da comunidade e exterior a ela, tornando-se significativa para a compreensão da dinâmica do espaço urbano da Praia Grande não apenas pela sua presença física, material, construção e obra da engenharia comunitária, mas por se constituir num espaço praticado, de conagração popular. Dessa forma, sua importância reside nos significados conferidos pelos moradores, na medida em que são as experiências culturais que envolvem a “alma dos objetos” (Silveira e Filho, 2005), tornando-os portadores de referências identitárias.

A compreensão da cidade como espaço urbano de criação coletiva, produto e processo, abrange também uma análise acerca daquelas porções do urbano que se descortinam como testemunhos de um passado em estreita relação com o presente. O largo da Igreja, a praça, as escadarias, os mirantes, os becos, as ruas, denotam sentido e significado memorialístico para a comunidade, tornando-se patrimônios afetivos (Martins, 2004).

Estando voltados para as demandas das sociedades contemporâneas, esses patrimônios afetivos assumem uma posição de continuidade no tempo e no espaço, e em alguns casos, são reconfigurados, tornando-se vetores para a expressão de novos valores e significados culturais presentes nas sociedades, porém, mantendo as suas especificidades históricas e arquitetônicas. Pellegrino (2002: 01) conceitua os lugares referenciais como sendo:

[...] objetos no espaço definidos como materialidades e práticas culturais que, ao serem contemplados e despertarem a reflexão, destacam-se no tecido urbano e no conjunto das manifestações populares, por mediarem distintos fatos históricos ou por representarem heranças técnicas, estéticas e culturais de temporalidades passadas.

A concepção de lugares referenciais indicada por Pellegrino (2002) segue a perspectiva dos lugares de memória proposta por Nora (1993). Determinados marcos da cidade tornam-se símbolos, referências para a comunidade, apresentando a função de ativar a lembrança dos moradores acerca de determinados fatos ou acontecimentos existentes na história da cidade, ao tempo em que promovem novas articulações com o presente.

Transformados em lugares referenciais ou lugares de memória, tornam-se verdadeiros guardiões das relações materiais e imateriais que determinados grupos de uma sociedade julgam ser relevantes para a compreensão de sua própria trajetória cultural. Próximo à Igreja do Desterro situa-se o Convento das Mercês, fundado em 1654 pelos padres Mercedários (Figura 2). Ao longo do século XIX, transformou-se em sede do corpo dos bombeiros e quartel da polícia militar. Na atualidade, o Convento possui uma função museal, de salvaguarda da memória histórica de fatos e acontecimentos, uma vez que abriga a Fundação da Memória Republicana. Além da exposição de acervo referente ao período nesse local são realizadas exposições, mostras e atividades culturais.



Figura 2- Convento das Mercês. Fonte: GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO (2008).

Os entrevistados que indicaram o Convento das Mercês como local de significância histórica e cultural fizeram-no por relacioná-lo restritamente às apresentações de grupos de cultura popular, tais como de bumba-meuboi que ocorrem nesse espaço durante o mês de junho. A sua função, enquanto prédio de manifestação da fé católica, não se reatualizou na fala dos moradores entrevistados. O patrimônio arquitetônico não foi lembrado, nem a sua função atual de abrigar mostras e exposições de caráter cultural.

Nesse sentido, ocorreu uma supressão da memória religiosa e da história da construção do Convento nas

lembranças indicadas pelos moradores, as quais foram contextualizadas no tempo vivido, tendo como marco simbólico o Vale Festejar. Desse modo, a noção de patrimônio cultural também se traduz nas manifestações populares, ou seja, “a experiência vivida também se condensa em linguagens, conhecimentos, tradições imateriais, modos de usar os bens e os espaços físicos” (Canclini, 1999: 99).

Os lugares de memória consistem na materialização das práticas sociais, dos saberes e fazeres tradicionais. O Convento das Mercês desempenha essa função junto aos moradores, ao ser simbolizado como suporte para a reafirmação do bumba-meu-boi como elemento identitário, embora apresentando no presente novas significações.

Ao estabelecer relações entre memória individual e a sociedade, Bosi (1994) tece uma análise sobre os “quadros sociais da memória”, assinalando que as diferentes memórias estão enraizadas numa multiplicidade de espaços, paisagens e lugares, tais como a casa, o quintal, o fragmento de uma rua ou de um bairro, os quais entrelaçam memórias pessoais, individuais, com a memória do corpus social.

Dessa forma, os espaços de vivência e de convivência presentes nas áreas urbanas apresentam-se, em alguns casos, como a extensão da casa, do lar habitual. Por meio deles podem ser reestabelecidos ou intensificados os laços familiares e sociais. No âmbito da dinâmica dos espaços urbanos, a praça pública refere-se ao “lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio, e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas” (Lamas, 2000: 102).

Assim, a praça enquanto lugar público emerge como local coletivo, de circulação de pessoas e de fluxos, de sociabilidades, podendo ligar ruas, bairros, e possui a função de manter a ambiência de uma determinada área, propiciando aos moradores e transeuntes os valores de sensibilidade estética, busca do equilíbrio físico, psicológico ou emocional, e de fruição das paisagens natural e urbana. Essas construções produzem, assim, um sentimento de identificação, por relacionar-se aos percursos diários e às experiências de lazer e convívio social.

Além de orientar e unir determinados itinerários ou trajetos no bairro, os espaços públicos acompanham a dinamicidade urbana e as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais, contribuindo para a formação da imagem da cidade entre os seus habitantes e visitantes. “O objeto, portanto, fala sempre de um lugar, seja ele qual for, porque está ligado à experiência dos sujeitos com e no mundo, posto que ele representa uma porção significativa da paisagem vivida” (Silveira



A



B

Figura 3- Praça Nauro Machado (A) e estrutura (B) para shows de cultura popular. Fonte: Acervo da autora (2010).

e Filho, 2005: 40).

Construída em 1982 e inicialmente denominada Praça da Praia Grande, a Praça Nauro Machado (Figura 3) foi um lugar escolhido pelos moradores em virtude de sua localização privilegiada, da sua ambiência, e por servir de suporte para a realização de passeios, encontros e conversas entre amigos.

O cidadão, ao apropriar-se de um lugar, produz sempre um processo de identificação. As transformações operadas pelos diferentes grupos sociais inscrevem-se no lugar, imprimindo-lhe um sentido de pertença e de identidade (Tuan, 1980). Ao reportarem-se à Praça Nauro Machado, os moradores associaram-na à sua vida cotidiana, expressa na diversidade de formas de apropriação, uso e percepção desse local enquanto lugar de frequentação e de relação.

Além de se constituir lugar de lazer, descanso e contemplação, a Praça, sobretudo nos finais de semana, é utilizada para a realização de shows de cultura popular e feiras de artesanato. Muitos moradores destacaram a importância das apresentações culturais promovidas na praça para a dinamização econômica do bairro e para a valorização das tradições populares. Por intermédio dos depoimentos, observa-se que a praça configura-se como uma intercessão entre os diferentes atores sociais,

tornando-se um espaço público multifuncional, onde são desenvolvidas práticas associativas, de lazer e de entretenimento. Lugar de memória repleto de significações coletivas, históricas, vivenciais e psicológicas.

Assim, enquanto lugar, a Praça Nauro Machado é sentida, pensada e vivida pelos moradores do bairro da Praia Grande, equivalendo ao “[...] espaço material onde se inscrevem os atos de gerações e onde o processo de apropriação aparece como condição necessária à vida que se realiza no e através do uso [...]” (Carlos, 1996: 69).

Os patrimônios culturais configuram-se materialidades e subjetividades que se manifestam nos espaços comunitários, por meio dos quais se evocam memórias e identidades plurais. Nesse sentido, as feiras e mercados populares, além de se constituírem remanescentes de um legado cultural, tornam-se espaços reatualizados no presente, estando intrinsecamente relacionados às demandas das sociedades contemporâneas, nas quais se inserem o comércio, o lazer e o turismo.

Para além das relações comerciais, da exposição e comercialização de produtos e mercadorias, as feiras constituem-se locais de encontro, relação e sociabilidade, de manifestação da cultura popular e do lazer das comunidades (Peciar, 2006). Representam em alguns casos, a extensão do lar habitual dos comerciantes e moradores, além de nelas estarem impregnadas as diversas memórias, lembranças e recordações presentes no corpus social.

Outro lugar de memória é a Feira da Praia Grande ou Casa das Tulhas, que revela múltiplos personagens, dentre os quais se destacam comerciantes, consumi-

dores, turistas e moradores (Figura 4). Construída em 1820 sob a designação de Terreiro Público, o espaço consistia num importante entreposto comercial, local de depósito e distribuição de mercadorias que eram trazidas para a cidade de São Luís através do Porto da Praia Grande.

A atual Feira da Praia Grande localiza-se na área central do bairro, na antiga Praça do Comércio. Constitui-se num quarteirão formado por lojas de artesanato, bares e restaurantes e o seu acesso pode ser realizado pelas quatro ruas que cercam a Feira. Sua importância remonta à própria história do bairro, uma vez que ao redor desse estabelecimento comercial foram sendo construídos os sobrados, armazéns e casas comerciais ao longo do antigo Porto que deu origem à Praia Grande.

Os moradores entrevistados consideraram o local importante por ter contribuído para o desenvolvimento e consolidação da Praia Grande, pela função econômica assumida em tempos passados e, sobretudo, por sua diversidade cultural, expressa nos produtos comercializados, nos personagens e festas populares que o local abriga. A Feira é assumida pelos moradores como um local dotado por um sentido emocional, visto que através dela eles se sentem integrados ao meio onde vivem, estabelecendo relações de reconhecimento e de troca.

A Feira, com suas tradições, eventos e relações, configura-se como espaço híbrido, de múltiplas referências, e de compartilhamento de diversas vivências, síntese dos processos históricos e culturais da cidade. Nela manifestam-se diferentes práticas e produções culturais, abrigando elementos sagrados e profanos, tais como as performances de grupos de capoeira, e os festejos em

homenagem a São José das Laranjeiras, considerado o santo protetor dos comerciantes. Durante as sextas-feiras, transforma-se em um palco para as apresentações de grupos de Tambor de Crioula, manifestação tradicional do Estado.

Por intermédio dos depoimentos obtidos observou-se que a Feira da Praia Grande configura-se como uma intercessão entre os diferentes atores sociais, tornando-se um espaço de afirmação das identidades comunitárias, possuindo um caráter multifuncional. A Feira constitui-se um patrimônio afetivo (Martins, 2004) para os moradores entrevistados, detendo um valor cognitivo e formal, acrescido do valor de uso (Gastal, 2002), sendo definido como espaço de produção e circulação de mercadorias, onde são desenvolvidas atividades associativas, de lazer e de entretenimento, dentre as quais se destaca o Tambor de Crioula (Figura 5) manifestação tradicional muito apreciada pelos residentes e apontada pelos entrevistados como lugar de memória.



A



B

Figura 4- Detalhe da entrada principal da Feira da Praia Grande (A) e banca de ervas e frutas (B) posicionadas ao longo do corredor. Fonte: CORTÊS (2007).



Figura 5- Tambor de Crioula na Praia Grande. Fonte: GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO (2009).

Os moradores do bairro da Praia Grande identificam-se com o Tambor de Crioula, vinculando-o ao seu cotidiano como forma de resistência e liberdade dos negros escravos à livre manifestação de seus cultos, rituais, mitos, danças e tradições. Muitos afirmaram o caráter genuíno dessa manifestação, caracterizando-a como símbolo da cultura popular maranhense. Expressão popular de matriz africana praticada por descendentes de negros escravos, o Tambor de Crioula faz-se presente na capital e no interior do Estado. É uma brincadeira de roda realizada em louvor ou pagamento de promessas a santos católicos, principalmente a São Benedito, ou a entidades espirituais, sendo comum a presença do Tambor de Crioula nos festejos das casas de culto afro da cidade (Ferretti, 2002).

Observou-se que o Tambor de Crioula possui um significado existencial para os moradores do bairro, de reencontro com as tradições locais, servindo como referência identitária. Alguns residentes afirmaram já terem participado como brincantes da manifestação e que costumam prestigiar os eventos da cultura popular quando acontecem no bairro.

A maioria dos entrevistados vinculou essa tradição cultural aos marcos urbanos presentes na Praia Grande, tais como a Rua Portugal e a Feira da Praia Grande, uma vez que se torna habitual apresentações de grupos de Tambor de Crioula nos espaços públicos do bairro. Conforme observado os lugares de memória transcendem às demarcações dos espaços oficiais de salvaguarda do patrimônio, abrangendo também os espaços livres (Berdoulay, 2007).

Neles, as diversas memórias se imbricam, adquirindo novos matizes, posto que a elas vinculam-se as subjetividades dos grupos sociais que não eram considerados pelas políticas de patrimonialização como construtores

e guardiães do patrimônio. Assim, constataram-se as inter relações entre os aspectos histórico-arquitetônicos e a dimensão imaterial do patrimônio do bairro da Praia Grande, na medida em que não se pode dissociar na atualidade o patrimônio edificado do contexto ambiental e sócio-cultural onde ele está inserido.

As memórias associadas aos lugares podem, numa perspectiva de desenvolvimento, propiciar trânsitos de visitantes que buscam o contato com o legado cultural das comunidades por meio do desenvolvimento de atividades vivenciais e de lazer capazes de produzir situações de aprendizado e educação. No bairro da Praia Grande, os lugares de memória, os modos de vida e costumes populares, as práticas sócio-culturais e manifestações tradicionais que integram o acervo arquitetônico local podem se constituir num importante elemento da oferta turística da cidade.

A sua potencialização por meio do turismo cultural pode contribuir para uma maior aproximação entre visitantes e anfitriões, propiciando o diálogo e a interação sócio-cultural, gerando, dessa forma, benefícios sociais e econômicos, além de fortalecer os laços afetivos da comunidade local em relação ao seu patrimônio.

A perspectiva turística dos lugares de memória

O imaginário urbano, os valores simbólicos, as relações identitárias, a vivência cotidiana e festiva dos grupos sociais que culturalizam as cidades, tornando-as entidades dinâmicas e singulares apresentam-se como importante recursos ou atrativos a serem transformados em produto de consumo por meio da atividade turística. O turismo cultural baseia-se na produção material e espiritual de uma comunidade, ou seja, transita em torno dos patrimônios culturais apropriados e recriados na dinâmica social, sob a forma de roteiros, produtos e atrações.

Na visão de Lucas (2000) o turismo pode ser aprendido como a combinação das manifestações autênticas de um determinado local, município ou da região, atrelado à existência de serviços e infraestrutura para sua apresentação, promovida por moradores, profissionais ou administradores. O contato intercultural proporcionado pelo turismo tende a contribuir para o fortalecimento do sentido de pertencimento dos atores sociais em relação à sua cultura, mediante a compreensão do seu lugar social e cultural e favorecendo perspectivas de valorização e revitalização do patrimônio cultural existente em áreas urbanas.

Enquanto resultado da transformação do patrimônio cultural em produto turístico emergem novas relações, os patrimônios hibridizam-se, reconfiguram-se e sofrem

modificações. O turismo repercute nas formas de apresentação e disposição dos elementos do espaço urbano, delimitando áreas de interesse comercial e cultural, com ênfase em determinados marcos, logradouros, roteiros, percursos ou trajetos (Boullón, 2002).

Compreender a produção do espaço urbano nesse mercado implica em entendê-lo como uma construção. Ele é, simultaneamente, o lugar das estratégias para o capital e das resistências do cotidiano para os habitantes. A atividade turística é uma das mais recentes modalidades do processo de acumulação, que produz novas configurações e materializa o espaço urbano sob diferentes perspectivas, pela ação do Estado, das empresas, dos residentes e dos turistas.

No bairro da Praia Grande, as propostas de aproveitamento do patrimônio cultural como objeto de interesse para turistas e comunidades têm possibilitado o reconhecimento da cultura local com recurso ao desenvolvimento sócio econômico, entretanto, observa-se a necessidade de ações de inserção do patrimônio na dinâmica contemporânea.

Diante da valorização dos lugares de memória podem surgir implicações no que se refere à transformação do patrimônio-referência em patrimônio-recurso (Arantes, 1999), ou seja, uma distinção entre o valor de uso do patrimônio e seu valor de troca. Segundo o autor na denominada “economia simbólica do patrimônio”, ocorre uma diferenciação entre o valor do bem patrimonial como símbolo, isto é, o conjunto de referências e sentidos enraizados na vida coletiva, e como alegoria, vinculado ao prazer estético e lúdico proporcionado pelo turismo.

Nesse mecanismo de atratividade, remodela-se o espaço urbano para atender às necessidades da demanda turística. Dentre as possíveis interferências negativas do turismo no tocante ao patrimônio cultural, destacam-se a descaracterização das manifestações populares, dos valores e tradições locais na perspectiva de atender às necessidades do consumo visual. O embelezamento e a higienização do local, comuns em áreas que sofrem processo de revitalização, tendem a acentuar a privatização do patrimônio cultural urbano, em virtude da concentração de atividades culturais e da elevação dos preços de produtos e serviços, inviabilizando em muitos casos, o acesso da comunidade aos benefícios decorrentes do intercâmbio cultural (Barbosa, 2001; Silva, 2004).

A cenarização do patrimônio histórico-arquitetônico e o conseqüente remanejamento da população residente das áreas de interesse turístico implicam em alterações na sociabilidade dos moradores em relação à presença de turistas em sua comunidade (Sotratti, 2010). Além desses revezes, acrescenta-se a ausência de comprometimento da população local no processo de conservação

e revitalização de monumentos e lugares e, por conseguinte, do restabelecimento das memórias individuais e coletivas. Nesse caso, “[...] os monumentos e o patrimônio histórico adquirem dupla função - obras que propiciam saber e prazer, postas à disposição de todos; mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos” (Choay, 2001:211).

Na medida em que o patrimônio cultural transforma-se em mercadoria com a ausência de participação da comunidade nas decisões de planejamento urbano e turístico, perdem-se os elementos substanciais e necessários ao pleno desenvolvimento dessa atividade, ao tempo em que reduz os laços de afetividade dos residentes em relação ao seu patrimônio. A supressão de determinados referenciais que contextualizam os lugares de vivência e convivência, e o esvaziamento dos conteúdos culturais de bens revitalizados para o turismo repercute no estranhamento ou não-reconhecimento dos moradores em relação aos espaços urbanos, fato que pode vir a configurar uma não-relação de que trata Carlos (2002). Desse modo, ocorre uma disputa simbólica e discursiva entre os gestores do patrimônio local e os moradores pela apropriação e o uso efetivo do acervo arquitetônico, considerando a dicotomia existente entre preservação e degradação do patrimônio e entre a memória oficial agenciada pelo turismo e as memórias dos atores sociais.

Na dinâmica da fragmentação das cidades como bens ou produtos de consumo turístico, o aproveitamento turístico do acervo patrimonial consiste em promover a multiplicidade de usos do espaço urbano, o incentivo às atividades artísticas e culturais, a criação de espaços públicos funcionais e interculturais, onde as comunidades possam desenvolver práticas de sociabilidade diversas, propiciando a reflexividade nas relações entre os moradores e turistas e o favorecimento das identidades locais caracterizadas pelo espírito do lugar (Peixoto, 2003).

Nesse sentido, decorre a preocupação em considerar as diversas sociabilidades, os laços de pertencimento e vínculos dos moradores em relação aos seus lugares de referências. Esses lugares inscrevem e simbolizam as memórias de seus entes queridos, dos antepassados e das memórias do porvir. Os espaços urbanos eternizam diferentes memórias, presentes na imaginação de seus moradores e nos lugares que foram eleitos de forma poética e afetiva por estarem vinculados à sua condição de membros de uma coletividade, vivida ou imaginada, e à sua própria subjetividade. Os lugares coletivizados congregam diferentes noções de tempo e experiências e instituem narrativas e fragmentos de uma parte da história da cidade colonial.

No bairro da Praia Grande, os lugares de memória,

os modos de vida e costumes populares, as práticas sócio-culturais e manifestações tradicionais que integram o acervo arquitetônico local podem se constituir num importante elemento da oferta turística da cidade. A sua potencialização por meio do turismo cultural pode contribuir para uma maior aproximação entre visitantes e anfitriões, propiciando o diálogo e a interação sócio-cultural, gerando, dessa forma, benefícios sociais e econômicos, além de fortalecer os laços afetivos da comunidade local em relação ao seu patrimônio.

No turismo cultural, a tradição oral, os imaginários, a ambiência urbana, os tipos populares e as histórias construídas sobre o lugar visitado tornam-se importantes recursos ou atrativos turísticos, ao tempo em que contribuem para otimizar a experiência dos visitantes, “os turistas querem ser atores, responsáveis e solidários em seus intercâmbios pelo mundo” (Zaoual, 2009: 57).

Considera-se que os lugares de memória podem compor um elenco diversificado de atrativos turísticos e culturais em conformidade com as novas tendências do turismo na contemporaneidade. Gastal (2002) assinala que a incorporação da noção de lugar de memória no âmbito do planejamento e gestão da oferta de turismo cultural insurge como fator capaz de promover uma maior integração entre o tecido urbano e a sociedade, a problematização dos conteúdos dos bens culturais para os visitantes, enaltecendo, assim, a experiência turística, ao mesmo tempo em que fortalece os laços identitários entre a comunidade e o seu patrimônio.

A transformação dos espaços do cotidiano popular, em suas múltiplas variações, como produto ou bem de consumo cultural não se justifica apenas pelo viés econômico decorrente do aproveitamento turístico. O planejamento turístico desses espaços deve considerar o seu sentido simbólico como elemento referencial para a construção e afirmação de identidades, no sentido de contribuir para uma maior compreensão intercultural e proporcionar experiências significativas, tanto para a comunidade local, quanto para os visitantes.

Os marcos urbanos e simbólicos existentes no bairro da Praia Grande contribuem para a construção da identidade sócio-cultural dos moradores, sendo necessária que a proposta de revitalização considere a dimensão afetiva do patrimônio cultural, seus significados e as relações de pertencimento da população residente em relação aos marcos urbanos. De acordo com Martins (2004:03):

Mais importante que a criação de um cenário, que será o espetáculo para o visitante, é preciso enriquecer a experiência sensorial e afetiva do morador, fazendo-o reconhecer o lugar onde vive, reforçando

experiências e usos, criando passagens, umbrais, direcionando o olhar, recolando elementos fragmentários, dando estrutura e unidade ao todo realçando a identidade do lugar ou dando uma nova interpretação compositiva que leve em consideração os desejos e necessidades dos seus usuários, reforçando a cognição, o conhecimento, o uso e o afeto que eles têm com o lugar.

A tematização da oferta de produtos e serviços implica a utilização de uma metodologia compatível com a realidade social dos destinos urbanos, avaliando o nível de desenvolvimento turístico existente e mapeando os espaços representativos da memória e da identidade local, “nesse sentido, destaca-se a noção de territorialidade, identificando o espaço enquanto experiência individual e coletiva, onde a rua, a praça, o bairro, os percursos estão plenos de lembranças, experiências e memórias (Matos, 2002: 35).

Baseado nesse delineamento, um conjunto de ações integradas de sensibilização e participação da comunidade, valorização, promoção e comercialização dos produtos culturais devem ser consentidas na perspectiva de promover novas experiências aos visitantes, aliada às estratégias de interpretação do patrimônio cultural.

Mediante a identificação dos lugares de memória, faz-se necessária a realização de estudos de potencialidade e viabilidade turísticas nas áreas selecionadas na etapa anterior, com o mapeamento dos espaços urbanos e das práticas culturais indicados que se revestem de um forte caráter identitário em relação aos moradores. Torna-se necessária a hierarquização dos lugares de memória selecionados, em termos de nível de atratividade e capacidade de mobilização de uma demanda turística diferenciada.

Brito (2009) apresenta um modelo de gestão dos recursos e atrativos turístico-culturais que apresenta características de transversalidade e de diálogo entre as diferentes esferas que atuam no planejamento urbanístico e patrimonial e os agentes sociais. Segundo o autor, a conformação das cidades históricas em produtos e roteiros turísticos necessita de instrumentos eficazes que realcem as características do tecido urbano, baseado num amplo programa de interpretação e comunicação junto ao público consumidor e residentes.

Enquanto elemento fundamental destaca-se a busca pela certificação da qualidade das atividades desenvolvidas nos núcleos patrimoniais, o que garante ganhos expressivos não apenas no âmbito econômico, mas, sobretudo, de enriquecimento cultural, tanto para os turistas, quanto para a população residente.

Diante da estruturação de produtos, roteiros e atrações tematizados com a anuência da comunidade,

integradas aos seus espaços de vida e de lazer, definem-se as estratégias de valoração do produto no mercado, envolvendo todos os agentes do setor de forma pró-ativa e inovativa, baseada na sinergia das ações e no esforço coletivo, definindo medidas de acompanhamento, controle e avaliação dos processos urbanos e turísticos.

Assim, o lugar de memória como instrumento de planejamento turístico consiste em promover a articulação integrada e o protagonismo comunitários, o fortalecimento da identidade, a valorização do lugar e a sua capitalização por meio do turismo, tendo como premissas fundamentais a proteção dos ambientes naturais e culturais, a qualidade dos produtos e serviços, e a validade da experiência turística local.

A transformação dos espaços comunitários em produtos ou roteiros turístico-culturais poderia se tornar significativa ao valorizar a experiência turística no lugar Praia Grande em um conjunto de lembranças e recordações diferenciadoras para os turistas, incentivando o seu retorno à cidade e ampliando a participação comunitária aos benefícios do turismo.

Assim, as noções de cidade-patrimônio e lugar de memória, em sentido mais abrangente, isto é, com ênfase em todas as histórias, as produções materiais e imateriais da comunidade, podem ser ativadas por meio de uma prática turística que se desenvolva em termos de reciprocidade e enriquecimento cultural.

Considerações Finais

Os espaços urbanos eternizam diferentes memórias, presentes na imaginação de seus moradores e nos lugares que foram eleitos de forma poética e afetiva por estarem vinculados à sua condição de membros de uma coletividade, vivida ou imaginada, e à sua própria subjetividade. Os lugares coletivizados congregam diferentes noções de tempo e experiências e instituem narrativas e fragmentos de uma parte da história das cidades.

Esses elementos impregnam não somente a dimensão física do espaço urbano, mas as relações que são construídas numa temporalidade própria, agregadoras e vitais para a compreensão dos conteúdos culturais que decifram as identidades presentes nos espaços urbanos.

Conforme analisado, há por parte dos membros da comunidade local a valorização de um vínculo emocional em relação a determinados marcos urbanos da Praia Grande. Tal valorização decorre de experiências temporais, muitas vezes não lineares, mas fragmentadas ou descontínuas, instituídas numa relação não raro conflituosa entre presente/passado, e entre o vivido/imaginado. A memória dispersa nos lugares é construída e

vivenciada de forma compartilhada, por meio dos laços pessoais e sociais.

Observou-se que os lugares de memória constituem-se locais de encontro, relação e sociabilidade, de manifestação da cultura popular e do lazer da comunidade. Em alguns casos, representaram a extensão do lar habitual dos moradores, além de neles estarem impregnadas as diversas memórias, lembranças e recordações presentes no corpus social. Os moradores que apropriam, trabalham, transitam, ou utilizam os lugares de memória promovem a diversidade das relações, reinventam suas tradições e constroem uma identidade específica.

O aproveitamento turístico dos lugares de memória pode se inserir nas novas necessidades da demanda turística que busca uma maior interação e integração nos espaços de vivência e convivência comunitária, no sentido de proporcionar um enaltecimento da experiência turística, oportunizando e viabilizando um cenário emotivo e acolhedor, ao estimular o contato dos visitantes com o patrimônio cultural da cidade.

Bibliografia

- Appolinário, F.
2009 *Metodologia da Ciência: filosofia e prática da pesquisa*. São Paulo: Cengage Learning.
- Arantes, A. A.
1999 *Repensando os aspectos sociais da sustentabilidade: a conservação integrada do patrimônio ambiental urbano*. In: *Projeto História*, (18) 121-134. São Paulo: Educ/Fapesp.
- Augé, M.
1994 *Não-lugares. Introdução à uma antropologia da supermodernidade*. São Paulo: Papirus.
- Balandier, G.
1980 *O poder em cena*. Universidade de Brasília.
- Barbosa, Y.
2001 *O despertar do turismo: uma visão crítica sobre os não-lugares*. São Paulo: Aleph.
- Barros, A. J. da S. y Lehfeld, N. A. de S.
2000 *Fundamentos de metodologia*. São Paulo: Makron Books.
- Berdoulay, V.
2007 *Enjeux iconographiques dans l'aménagement des lieux de mémoire (Contribution à l'ouvrage prévu sur le thème "Lieux de mémoire, commémoration et identité dans la francophonie canadienne")*. En: *Cahiers de géographie du Québec*, 2007. 16 p.
- Boullón, R. C.
2002 *Planejamento do espaço turístico*. São Paulo: EDUSC.

- Bosi, E.
1994 Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras.
- Brito, M.
2009 Turismo Cultural sustentável: certificação de destinos turísticos de dominância patrimonial. En: CAMARGO, P. de; CRUZ, G. P. da (Orgs.). Turismo Cultural: estratégias, sustentabilidade e tendências (pp.- 225-248). Ilhéus: Editus.
- Canclini, N. G.
1999 O Patrimônio Cultural e a construção imaginária nacional. En: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. n°23 (pp. 94-115) Rio de Janeiro.
- Carlos, A. F. A.
1996 O lugar no/do mundo. São Paulo: Hucitec.
- Carlos, A. F. A.
2002. O Turismo e a produção do não-lugar. En: YÁZIGI, E. (Org.). Turismo: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, p.25-36
- Choay, F.
2001 Alegoria do patrimônio. São Paulo: UNESP.
- Cifelli, G.
2010 A refuncionalização turística do patrimônio cultural: os novos usos do território apropriado pelo turismo em Ouro Preto-MG. En: PAES, M. T.D.; OLIVEIRA, M.R. da S. (Orgs.). Geografia, turismo e patrimônio cultural. São Paulo: Annablume, p.113-138.
- Dencker, A.de F. M.
1998 Métodos e técnicas de pesquisa em turismo. São Paulo: Futura.
- Ferretti, S. (Org.).
2002 Tambor de Crioula: ritual e espetáculo. 3 ed. São Luís: Comissão Maranhense de Folclore.
- Freire, C.
1997 Além dos Mapas. São Paulo: Annablume.
- Gastal, S.
2002 Lugar de memória: por uma aproximação teórica ao patrimônio local. En: GASTAL, Susana.(Org.). Turismo: investigação e crítica. São Paulo: Contexto.
- Lacarrière, M.
1999 Os dilemas sociais do patrimônio: usos, 'inflação' ou 'hiperinflação' de História? En: Revista da Associação Brasileira de História Oral. n.2, Rio de Janeiro: Logaria Brasileira.
- Lamas, José M. R. G.
2000 Morfologia Urbana e desenho da Cidade. 2.ed. Fundação Calouste Gulbenkan, Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Lucas, S. M. de M.
2000 Turismo cultural no Vale do Paraíba: uma experiência histórica. En: 2º CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL. Turismo: novo caminho no espaço rural brasileiro. Piracicaba
- Lynch, K.
1988 A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes.
- Martins, A. M. M.
2004 Patrimônios afetivos: afetos, uso e ciência patrimonial. En: II CONGRESSO INTERNACIONAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL. Congreso Internacional Patrimonio Cultural. Córdoba.
- Nora, P.
1993 Entre Memória e História: a problemática dos lugares. São Paulo.
- Matos, M. I.S de.
2002 Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho. São Paulo. EDUSC.
- Mello, J. B. F. de.
1997 Espaço, lugar e "Deslugar". En: Redes. (1)2: 93-107. Rio de Janeiro.
- Minayo, M.C. de S.
1994 Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes.
- Peciar, P. L. R.
2006 Turismo Cultural: um olhar sobre as manifestações de atratividade encontradas nas feiras populares do Brinque da Redenção em Porto Alegre- RS, Brasil e a feira da Praça Matriz de Montevideú, no Uruguai" (pp. 41-54). In: Barretto, M. (Org.). Turismo, cultura e sociedade. Caxias do Sul: Educs
- Peixoto, P.
2003 Centros Históricos e sustentabilidade cultural das cidades. Texto apresentando "A cidade entre projectos e políticas". Disponível em: <http://www.ler.letras.up.pt/ficheiros/artigos/8511>. Acesso em 09 de novembro de 2010.
- Pellegrino, C.T.
2002 Patrimônio Cultural Urbano: de quem: Para Quê? En: Congresso Internacional De Turismo Cultural organizado por Naya (Notícias de Antropologia e Arqueologia, 2002). Disponível em: <<http://www.naya.org>>. Acesso em 12 de abril de 2010.
- Pollak, M.
1989 Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos. 2(3) Rio de Janeiro.
- Santos, M.
1996 A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec.
- Silva, M. da G. L. da.
2004 Cidades turísticas: identidades e cenários de lazer. São Paulo: Aleph.
- Silveira, F. L. A. y Filho, M. F.L.
2005 Por uma Antropologia do objeto documental: entre a alma nas coisas e a coisificação do objeto. En:

- Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, (11) 23: 37-50. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/ppgas/ha/index.html>>. Acesso em 22 de março de 2010.
- Sotratti, M. A.
2010 A requalificação urbana e a mercantilização do patrimônio cultural: o caso do Centro Histórico de Salvador-Pelourinho. En: PAES, Maria Tereza Duarte; OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva (Orgs.). Geografia, turismo e patrimônio cultural. São Paulo: Annablume, 139-155.
- Tuan, Y.F.
1980 Topofilia. Um estudo da percepção atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel.
- Zaoual, H.
2009 Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? In: Bartholo, R.; Sansolo, D. G.; Bursztyn, I. Turismo de base comunitária: diversidade de olhares. Brasília, Letra e Imagem.

Recibido: 06/11/10
Reenviado: 18/06/11
Aceptado: 28/06/11
Sometido a evaluación por pares anónimos